DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.179833

Sociologia do Jornalismo: por uma agenda de pesquisa

Sociology of journalism: towards a research agenda

Pedro Serra[a] e Alexandre Bergamo[b]

Ao longo do século XX, as sucessivas inovações tecnológicas alçaram os meios de comunicação a posições de protagonismo cada vez maior nas sociedades, justificando o emprego de fórmulas como "sociedade de comunicação" ou "de informação". As profundas mudanças engendradas pelas inovações tecnológicas na segunda metade do século XX, impulsionadas pela emergência e amplificação do uso da internet nas últimas três décadas, motivaram um interesse acadêmico crescente pelo tema dos meios de comunicação, e subseqüentemente pelo tema do jornalismo. No Brasil, a atualidade do tema é observável na pauta política da regulação da mídia[1], da regulamentação do exercício da profissão do jornalista, das chamadas "*fake-news*", e nas relações conflituosas entre o poder executivo e a classe jornalística. Não apenas o mundo acadêmico[2], mas diversos setores da sociedade brasileira parecem estar atentos ao tema do jornalismo e das novas formas de transmissão de informação: os questionamentos acerca do papel dos principais meios de comunicação brasileiros e das redes sociais nos desdobramentos políticos recentes no país são ilustrativos.

Um exame da literatura acadêmica nacional recente sobre o tema específico do jornalismo revela a predominância da área dos estudos de comunicação em detrimento das ciências sociais. Ainda que se reconheça amplamente o potencial de complementaridade entre o campo da comunicação e as ciências sociais, as formas de organização do trabalho intelectual muitas vezes dificultam um real diálogo

a Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Núcleo de Sociologia da Cultura da USP (NSC – USP). e-mail: ppserra@gmail.com

b Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. e-mail: a_bergamo@hotmail.com

1 O tema da regulação da mídia esteve presente nos debates de segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

2 Sobretudo o campo dos estudos da Comunicação, que produziu, nas últimas décadas, parte significativa dos trabalhos acadêmicos sobre o jornalismo e os meios de comunicação e encontra-se consolidado sob a égide de entidades como a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), a Associação Brasileiro de Jornalismo Investigativo (Abraji), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação – Intercom.

entre as duas áreas[3]. Resulta, contudo, do caráter multifacetado do jornalismo como objeto de estudo, que este pode ser proficuamente apreendido de múltiplas formas e a partir de diferentes disciplinas.

A despeito da importância crescente da imprensa já a partir do século XIX, os estudos sociológicos que a elegeram como objeto podem ser considerados relativamente tardios. Dentre os autores clássicos da disciplina, Max Weber é uma exceção: já no começo do século XX pretendia levar a cabo um programa de estudos ambicioso sobre o tema específico da imprensa (Weber, 2005). Por diversas razões, como a impossibilidade de contar com a colaboração dos jornalistas, o projeto foi abandonado três anos mais tarde. Seus escassos escritos que, em maior ou menor grau, trataram do tema (Weber, 1998, 2003, 2005) trazem pistas de reflexão preciosas e mantém consideráveis continuidades com a reflexão sociológica posterior sobre a imprensa e o jornalismo. Ecoando com o tema da racionalização, recorrente em sua obra, há nesses escritos o reconhecimento de constrangimentos empresariais atuantes sobre o trabalho dos jornalistas. Observando a crescente demanda de capital fixo por parte das empresas jornalísticas já no início do século XX, o sociólogo alemão indagava-se acerca da eventualidade de um "aumento de poder que permita moldar a opinião pública arbitrariamente", ou, pelo contrário, se se tratava de um processo que "significaria uma crescente sensibilidade por parte das distintas empresas diante da opinião pública" (Weber, 2005, p. 16-17). Essa reflexão de Weber nos remete a duas questões ainda hoje pertinentes nos estudos sobre o jornalismo.

A primeira diz respeito à recepção dos produtos jornalísticos, ao poder da imprensa sobre a opinião pública. Interessado pelas mudanças nos hábitos de leitura engendradas pelo desenvolvimento da imprensa moderna, Weber debruçava-se sobretudo sobre a questão da influência cultural desta última. Para o sociólogo alemão, a empresa jornalística era um dos grandes problemas culturais da época, como se nota em discurso proferido em 1910:

> A imprensa introduz, sem dúvida, deslocamentos poderosos nos hábitos de leitura e com isso provoca poderosas modificações na conformação, no modo e na maneira como o homem capta e interpreta o mundo exterior[4]. A constante mudança [...] pesa de forma impressionante sobre o caráter específico do homem moderno (Weber, 2005, p. 20).

3 A esse respeito, ver a entrevista com Isabel Travancas publicada neste dossiê.
4 Esse é, por exemplo, o tema abordado pelo artigo *Papéis da imprensa na formação de identidades nacionais*, de Anne-Marie Thiesse, presente também neste dossiê.

A segunda está mais relacionada ao âmbito da produção, à dependência das formas de fabricação dos produtos da imprensa em relação às vendas ou à audiência[5].

> É preciso começar pelo fato de que o modo de funcionamento de todo o trabalho cultural da imprensa hoje está ligado às condições que governam a existência de empresas privadas, e que não há de ser de outra maneira; acredito que é o *business* do jornal que deve estar no centro da investigação [...] (Weber, 1998, p. 111-112, em livre tradução).

Enquanto a sociologia europeia caracterizava-se pela abordagem das relações entre imprensa e sistema social em uma perspectiva cultural mais ampla – apoiando-se, por exemplo, em conceitos como ideologia, dominação e hegemonia - na sociologia americana da Escola de Chicago desenvolveram-se, a partir de meados do século XX, pesquisas destinadas a compreender o funcionamento interno das empresas jornalísticas[6]. Tomando como objeto o processo de fabricação da notícia, buscaram evidenciar como atuam os constrangimentos empresariais e quais são os filtros ("*gatekeeping*") em ação entre os acontecimentos e as notícias. Mobiliza-se, nesses estudos, a noção de "*gatekeeper*" para observar que os editores de um jornal têm o poder de desconsiderar ou promover histórias que lhes são transmitidas por repórteres, correspondentes e agências de notícias. Assim, concepções subjetivas dos agentes inseridos no processo de seleção da notícia são também inseridas na análise[7].

No entanto, correndo o risco de recair em uma centralidade excessiva conferida ao agente emissor (o jornalista), tal visada analítica encontra limites heurísticos na medida em que não permite incorporar a mediação entre indivíduo e sociedade – em outras palavras, entre ação e estrutura – na compreensão da produção jornalística. Tanto a perspectiva exclusivamente subjetivista, que atribui ao jornalista, enquanto agente, excessiva influência na construção do corpo de notícias, quanto a explicação puramente objetivista, que atribui aos constrangimentos organizacionais, ou seja, ao modo de organização capitalista e às rotinas

---

5 Não é difícil, aliás, notar fortes continuidades entre essa reflexão e estudos posteriores sobre o tema, como aqueles que se alinham à teoria crítica da Escola de Frankfurt, que salienta o caráter alienador da inserção sistêmica de produtos artísticos e culturais na lógica comercial da indústria cultural.

6 Jeremy Tunstall, Gaye Tuchman, Michael Schudson são alguns dos nomes proeminentes da sociologia americana do jornalismo.

7 Ver também a coletânea organizada por Cyril Lemieux (2010).

de produção, demasiada importância no mesmo processo, teriam um alcance explicativo limitado.

Ao longo da segunda metade do século XX, concomitantemente ao aprofundamento do processo de inserção da atividade jornalística na lógica comercial, observam-se dois processos históricos contíguos. De um lado, o paulatino e relativo distanciamento entre o ofício jornalístico e *métiers* antes praticados de forma concomitante com este último (como a política, a literatura e o funcionalismo público). De outro, a emergência de um discurso profissional de autolegitimação do ofício jornalístico, sustentado por noções como neutralidade e objetividade.

A partir de fins dos anos de 1990 muitos autores buscaram elucidar as delimitações dessa prática jornalística "profissionalizada" adotando a abordagem relacional da teoria dos campos elaborada por Pierre Bourdieu[8], que pode ser considerada como uma espécie de síntese das visadas analíticas precedentes.

> O foco no nível médio do "campo" oferece uma ponte teórica e empírica entre os tradicionalmente separados modelos macrossocietais das mídias informativas, como a economia política, hegemonia, teorias cultural e tecnológica, e as abordagens micro-organizacionais (Benson, 1999, p. 463, em livre tradução).

Essa visada analítica apreende o comportamento individual à luz de sua posição relativa dentro de um determinado espaço social, cuja relação com os outros domínios de atividades[9] também constitui um dado importante, pois, nestes dois níveis de análise, do indivíduo e dos campos sociais, atenta-se para o sistema de relações de constrangimento que vincula os agentes em questão e, em alguma medida, orienta suas práticas.

Em uma perspectiva sincrônica, este referencial teórico inspira análises de cunho morfológico e prosopográfico dos grupos envolvidos nos circuitos de produção e circulação de produtos jornalísticos. Já em uma perspectiva diacrônica, atenta-se para as mudanças na composição desses grupos, ou seja, para o exame dos agentes que saem e entram nos domínios de atividades em questão, pois estes últimos estruturam-se, historicamente, em torno da oposição entre os "antigos" e os "novos".

Independentemente do referencial teórico mobilizado, vislumbra-se um conjunto de entradas analíticas relativamente consolidadas para a análise dos dife-

8 Trabalhos de sociólogos franceses como Patrick Champagne, Louis Pinto, Julien Duval e Dominique Marchetti são alguns exemplos, entre outros, dessas linhas de pesquisas.
9 Como a política, a academia, as artes, o esporte, o entretenimento etc.

rentes espaços de produção do jornalismo[10] – seja a partir do exame das relações entre os polos de produção e recepção[11], dos tipos de relações que se estabelecem entre os jornalistas e as fontes de informação em função das diferentes especialidades jornalísticas[12], das formas de financiamento dessas atividades, ou ainda da composição morfológica das redações, atentando-se, neste caso, para as políticas de recrutamento e para as trajetórias dos agentes inseridos nesses espaços[13]. Evidentemente trata-se apenas de alguns exemplos de abordagens possíveis para o estudo do jornalismo que, objeto de importantes transformações nas últimas décadas, requer dinamismo e inventividade por parte dos pesquisadores.

A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE "DOCUMENTOS" COMO OBJETO DE ESTUDO

Uma vez realizado este brevíssimo balanço não exaustivo de algumas perspectivas teóricas que a sociologia fornece ao estudo do jornalismo, talvez seja importante separarmos, a exemplo do que faz Christophe Charle (2004) em *Le siècle de la presse (1830-1939)*, a história do jornalismo em ciclos nos quais podem ser observadas transformações significativas nas formas de produção e circulação de notícias, assim como nas formas de recrutamento social dos muitos profissionais que atuam na imprensa[14]. Períodos marcados ora pela multiplicação de pequenos jornais, muitos de curta duração e sempre tendo a política como tema central, posteriormente pela concentração em torno de grandes conglomerados de notícias - ou o período que antecede e o que se inicia com a emergência do rádio e, depois, da televisão, e que atrai um número grande de interessados em acompanhar os acontecimentos.

A emergência do jornalista profissional, por sua vez, dá início a uma modificação significativa nas formas de se fazer jornalismo, e pouco a pouco o número de escritores e de intelectuais presentes na imprensa começa a diminuir[15]. No caso

---

10 As diferentes empresas jornalísticas, os diferentes gêneros jornalísticos, os diferentes suportes – impresso, audiovisual, digital – ou ainda as diferentes editorias – política, economia, internacional etc.

11 Ainda que não constitua seu enfoque principal, os artigos *Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre* e *A prática jornalística em uma rádio cidadã: um estudo de caso no México*, de Alex Niche Teixeira, Eduardo Georjão Fernandes e Marcelo Kinrath Silva e Daniel Montaño, respectivamente, publicados neste dossiê, trazem insumos empíricos interessantes para pensar esse tipo de questão.

12 O artigo de Dominique Marchetti, *Os subcampos especializados do jornalismo*, traduzido para este dossiê, traz uma série de pistas interessantes para o estudo dos diferentes espaços de produção do jornalismo a partir da teoria dos campos.

13 Para um balanço dos estudos sobre o mundo do trabalho dos jornalistas brasileiros, ver o artigo de Jacques Mick e Andressa Kikuti, *O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa*, publicado neste dossiê.

14 Ver também o trabalho de Fabrice D'Almeida e Christian Delporte (2010).

15 A exemplo disso, ver Ferenczi (1993), Delporte (1999) e Ruellan (2011).

específico do Brasil, a exigência do diploma de nível superior para o exercício da profissão, que vigorou de 1969 a 2009, teve impacto significativo na formação crescente de uma mão de obra especializada que passou a pressionar o mercado de trabalho por novas oportunidades. Os diferentes públicos, das diferentes mídias, também são parte fundamental para a compreensão tanto da produção quanto da circulação de informações. Imprensas partidárias, religiosas, governamentais, empresariais, estudantis, *etc*. multiplicam e amplificam vozes, mas parecem continuar restritas a seus contextos de origem. E, por fim, o surgimento da internet e das plataformas digitais, que possibilitam a produção e a circulação de informações em parâmetros jamais vistos, de difícil mensuração e livres do controle e da crítica, seja de pares, seja de grandes empresas.

Esses diversos exemplos são importantes para nos lembrarmos da grande diversidade de fontes com as quais o pesquisador interessado no jornalismo é obrigado a se deparar. Antes de mais nada, são fontes que indicam mudanças históricas, sociais e culturais bastante significativas, assim como diferentes contextos e práticas sociais envolvidas na produção e circulação de informações. Um jornal operário do início do século XX, uma revista ilustrada de grande circulação do pós-guerras, uma agência de notícias internacionais, uma publicação religiosa e um *blog* de notícias e comentários, para citarmos alguns poucos exemplos, demonstram a magnitude dessa transformação e uma grande diversidade de contextos. A própria definição de "jornalista" se modificou ao longo do tempo, sendo ela mesma um importante indicador dessas transformações. E se o surgimento de cursos universitários específicos para o exercício da atividade consolida a imagem de uma profissão liberal, por outro, não deixa de ser revelador de uma mudança social e cultural mais ampla que envolve a produção e a circulação de informações percebidas ora como verdade, ora como mentira ou manipulação, algumas vezes intrinsecamente ligadas à universidade, outras expressando total rejeição a ela.

De partida, isso envolve um tipo muito específico de fonte, o impresso. Contudo, o jornalismo não se restringe unicamente a ele. Os jornalistas têm também suas anotações, e aqui temos outro tipo de fonte, o manuscrito, assim como as redações têm seus arquivos de pautas: material bruto que depois se transforma em notícia, reportagem, matéria para ser lida, depois descartada. E algumas para serem relidas. Cabe aqui a mesma cobrança que Sergio Miceli faz em relações às fontes disponíveis para a pesquisa das elites, de que:

> a tarefa prévia nesse tipo de levantamento consiste em explicitar os princípios de produção das fontes utilizadas, condição indispensável à percepção de alguns

> dentre os principais indicadores subjetivos e objetivos capazes de permitir uma construção analítica de um perfil do grupo em questão, em termos quer de sua posição relativa na estrutura social, quer de sua contribuição para a gênese e a continuidade/ruptura do sistema de poder. (Miceli, 2001, p. 349).

Mas, no caso específico do jornalismo, também é preciso explicitar suas condições de sobrevivência no tempo, suas formas de arquivamento e consulta. Grandes jornais ou editoras de revistas têm seus próprios arquivos. Sua conservação, às vezes por algumas bibliotecas, possibilita que eles possam ser vistos como "memória" de uma forma bastante ampliada, para além do próprio grupo que a produziu. Eles passam a ser vistos de forma monumentalizada, como testemunho de um país e de uma época. Contudo, isso nem sempre pode ser aplicado a pequenas iniciativas, como os jornais comunitários: muito não é arquivado, outra parte se perde. E se só uma parte desse grande conjunto de fontes está disponível como registro, ou "memória", como fonte para a pesquisa, então estamos diante de uma história relativamente parcial, seletiva (Le Goff, 2003).

Mas a memória se enraíza na experiência e nas práticas sociais. Quando olhamos para uma notícia, uma reportagem, uma matéria, de que memória estamos falando, de que experiências e de que práticas sociais? Certamente da memória do jornal, do jornalista, uma vez que ela está ali registrada. Mas nem sempre essa memória será destinada a um arquivo, e o fato de tornar-se arquivo ou tornar-se descarte indica outras experiências e práticas sociais, indica relações de poder e formas específicas de dominação simbólica. Sobreviver ao tempo, tornar-se memória ou, mais precisamente falando, ser inscrita em uma história mais ampla, não restrita a si mesma, é dar materialidade a uma relação específica de dominação (Ricoeur, 2007). A notícia, ou reportagem, e o arquivo são produtos de relações de poder bastante diferentes. A materialidade do texto (em seus diferentes gêneros, com marcas autorais ou ausente delas) não é a materialidade do arquivo. Evidentemente, uma não é menos importante, como objeto de pesquisa, que outra. Nem tampouco estão separadas: ambas estão registradas ali. E é um engano supor que o jornal só se destina a um arquivo quando parou de circular. Ali ele passa a circular de maneira diferente, parte de outras experiências e práticas sociais nas quais irá se enraizar, objeto de frequentação de pesquisadores de diferentes áreas.

Muito diferente são as chamadas "*fake news*" atuais. Não têm a mesma materialidade que o jornal impresso, e por isso circulam de forma bastante diversa[16]. Contudo, nem por isso deixam de estar enraizadas em certas experiências e práticas sociais – das quais talvez pouco saibamos. Sua forma de arquivamento também difere significativamente: fica armazenada e circula em computadores e celulares. São também "memória", tanto individual quanto coletiva, que pode ser rapidamente acessada para ser repassada, compartilhada, lembrada. E não apenas "*fake news*". Circulam vídeos de notícias ou reportagens, de músicas, de entrevistas e depoimentos; circulam fotos, manchetes de jornal (algumas verídicas, outras fictícias, inventadas), mensagens diversas, denúncias e curiosidades de todo tipo *etc*. E seria ingênuo supor que uma parcela considerável dessas informações, mesmo as chamadas "*fake news*", não conta com a colaboração de jornalistas profissionais na sua feitura.

Essas diferentes materialidades e formas de circulação de notícias e informações diversas mostram que estamos diante não de "verdades" ou "mentiras" que possam ser explicadas de forma meramente dicotômica. Estamos, antes de mais nada, diante de diferentes "leitores", de diferentes práticas sociais. As últimas eleições, no Brasil e fora, sugerem que estamos diante não apenas de diferentes "eleitores", mas também de diferentes "leitores", cujas escolhas políticas parecem estar fortemente enraizadas em suas diferentes práticas de leitura, de identificação, de construção de memórias e de estratégias de compartilhamento de informações, dependentes de mediadores e mediações para os quais ainda dedicamos – nós, da sociologia da cultura – pouca atenção.

Federico Finchelstein (2020) demonstra de forma brilhante como governos populistas e fascistas não podem ser menosprezados nas mentiras que contam e que bradam serem verdades inquestionáveis. Para além de uma disputa entre "verdades" e "mentiras", há uma deliberada intenção, por parte desses governos, e no qual o nosso atual deve ser enquadrado, de destruição da história e das memórias. A fabricação constante, diária, de mentiras desses governos precisa, para chegar a impor-se como a "única verdade existente", de um programa sistemático de destruição de tudo aquilo que pode ser visto como "documento" de uma outra história. E isso vai muito além da prática desses governos de acusar, constantemente, todos aqueles que não se manifestam a seu favor, de "mentirosos". Mas, nesse caso, não apenas as pessoas "mentem". Mentem os jornais, e por extensão

16 Ver, a exemplo disso, o trabalho de Michiko Kakutani (2018, p. 5), especificamente destinado aos "jornalistas em todo o mundo que trabalham para noticiar os fatos".

seus arquivos; mentem os pesquisadores, e por extensão suas teses; mentem todos aqueles cuja "memória", cujo testemunho, não corresponde com a "verdade" fascista imposta, e que cobra um engajamento, de seus apoiadores, fundado na delação, na calúnia e na difamação. Em síntese: o "documento", o "arquivo", a "memória", o "testemunho" e as "narrativas" mentem.

Ainda levando em conta a sugestão feita anteriormente por Sergio Miceli, veremos que as fontes disponíveis para a análise de grupos e trajetórias sociais são bastante desiguais dependendo da posição ocupada na estrutura social ou, mesmo, do jornalismo. Nem todos narram sua própria história. As fontes que tornam possível uma prosopografia parecem estar presentes nas elites, portanto também nas elites do jornalismo, como parte de suas práticas sociais de registro. Mas estão ausentes, ou são de outro tipo, nas posições mais baixas. A inserção nas camadas altas da profissão, ou ao menos sua pretensão, demanda narrativas de vida que comprovem o direito de entrada e de pertença às posições mais prestigiadas. Contudo, a ausência de pontos de origem social edificantes, no caso daqueles que experimentam uma ascensão a essas camadas de maior prestígio, torna o discurso do autodidatismo na profissão uma das características mais fortemente observadas. E faz também com que ele se imponha enquanto discurso modelo, paradigmático, do jornalismo.

Há, contudo, algo que antecede e atravessa essas práticas sociais, apesar das diferenças entre elas: a noção de "documento" aplicada ao jornalismo. A fotografia, por exemplo, logo em seu início, foi recebida e interpretada como registro "objetivo". Diferentemente da pintura e do desenho, que dependem da percepção "subjetiva" do artista, a máquina fotográfica, exatamente por ser uma máquina, parecia decisivamente "objetiva" em seu registro, opondo a "verdade do artista" à "verdade da fotografia" (Rouillé, 2009). O texto jornalístico passou, em sua história, por conflito muito semelhante, mas em momento posterior, opondo, de um lado, a escrita política e a literária e, de outro, a escrita jornalística "objetiva", quase automática, representada pelos Manuais de Redação e Estilo da profissão (Bergamo, 2020).

O que parece ter se modificado, ao longo desse processo, é a própria noção de "documento", central para nossa discussão, pois é ela que dá materialidade e simboliza as relações de poder, sociais, políticas e culturais, assim como suas transformações. Não apenas no sentido atribuído a ele pelos historiadores, mas em seu uso ordinário, sobre o qual incidem outras noções, igualmente em seus usos cotidianos, como "fato", "prova" ou "testemunho", por exemplo, que é o que nos interessa aqui. Como demonstra Jean Hébrard (2001), no começo dos anos

de 1950 os alunos – na França, *locus* de sua pesquisa – passam a incluir, em seus cadernos escolares, a fotografia, o cartão postal e o recorte de revistas:

> Um professor dos anos finais de estudos de Clermont-Ferrand escreve na margem de um deles: "O caderno está muito bem mantido. Complete sua documentação". Nesta data, o caderno não precisa mais substituir o livro do qual cada aluno está gratuitamente provido. No entanto, como ocorre frequentemente nas práticas de escolarização, ele continua a evoluir como evolui o modelo que ele tinha escolhido, mesmo se mantém esse ligeiro desnível que o constitui como produto artesanal no momento em que seu modelo de referência há muito foi industrializado (Hébrard, 2001, p. 128-129).

Trata-se de um caderno que combina duas formas de registro, o manuscrito e o impresso, duas diferentes formas de documentação, uma "subjetiva", outra "objetiva". Mas não é só na forma de "documento" que o jornalismo está presente nas escolas, seja nos cadernos escolares, seja no livro didático. Ele se encontra também na forma de paradidático. E especificamente nesse caso, significa um relativo afastamento do livro como mediador na construção do conhecimento. O jornal, seja ele impresso ou na sua versão digital, aparece assim como concorrente direto do livro escolar. Evidentemente, a função paradidática e pedagógica que o jornalismo passou a assumir não pode ser pensada apenas em sua concorrência com o livro didático, mas sim em uma linha do tempo mais longa, que vai dos *Almanaques* do século XIX aos programas televisivos de entrevistas, passando pela reportagem e pelo documentário.

Essa documentação, apesar de sua aparente objetividade, traz uma série de marcas subjetivas cuja principal característica é sua adaptação seja às diferentes posições ocupadas na hierarquia da profissão, seja em função da divisão do trabalho criativo imposta pela indústria cultural. Sem dúvida as condições de construção de um "nome próprio", de uma "assinatura" na profissão, são reveladoras das coerções próprias ao jornalismo e de seus critérios de legitimação, os quais também passaram por transformações ao longo do tempo, o que pode ser observado nos diferentes espaços ocupados pela crônica, pela reportagem e, depois, pelo colunismo nas últimas décadas. Mais do que "gêneros" de escrita, representam espaços de maior ou menor prestígio, marcados pela "assinatura", pela "autoria".

Mas esses não são os únicos espaços possíveis para a construção de um "nome próprio" na profissão: o livro e, mais recentemente, os *blogs* representam também estratégias possíveis para tanto. O que significa que os espaços de pres-

tígio precisam ser pensados para além dos limites das redações. Além do mais, a ideia de "autoria" inadvertidamente pode deixar de lado o capital das relações sociais mobilizado na disputa pelas posições de maior prestígio no jornalismo. Ou, simplesmente, iluminar os capitais mobilizados pelas frações dominantes da profissão, assim como os mecanismos de legitimação que lhes são próprios, mas deixar sem explicação, ou mesmo sem análise e pesquisa, as demais posições. E é importante, nesse caso, lembrar que o jornalismo, em função de suas próprias características estruturais, possibilita o surgimento de um grande número de "elites locais" na profissão, as quais fazem a mediação tanto com as posições de maior prestígio em nível nacional, quanto com as elites culturais, políticas e econômicas de suas localidades[17].

Sem dúvida a posição ocupada na divisão do trabalho de elaboração de matérias, notícias e reportagens impõe limites estreitos à construção de um "nome próprio". O editor de uma matéria jornalística de televisão, por exemplo, não goza, evidentemente, do mesmo prestígio que o jornalista que lhe passa o material bruto gravado, dividido em áudios e vídeos com várias partes, e que aparece na matéria que será transmitida, ainda que ambos sejam jornalistas de profissão, e ainda que esse editor tenha, no seu trabalho de montagem da matéria, uma "assinatura", uma marca autoral que lhe é característica. Em termos estruturais, portanto, é vedada a possibilidade de construção de um "nome próprio" a um número muito grande desses profissionais.

Da mesma forma, a percepção da posição ocupada, assim como do conjunto da profissão e de sua relativa inserção nos campos da cultura, da política e dos negócios, depende diretamente das chances reais de promoção e de construção de um "nome" capaz de conduzir esses jornalistas às posições de maior prestígio. Depende, igualmente, do maior ou menor grau de autonomia ou heteronomia das frações representadas por esses profissionais. Como são orientadas, em termos sociais, as produções de registros – portanto, de documentos – , pessoais e coletivos, em função dessas desiguais chances de promoção, dessas desiguais formas de percepção da profissão e de seu *status* nos campos cultural, político e econômico? E como esses documentos serão inseridos – ou descartados – pelas políticas da memória?

---

17 Os artigos *Monumentos do jornalismo brasileiro: um estudo sobre as condições de produção de biografias e memórias dos profissionais da imprensa (1970-2010)*, de Vaniucha de Moraes, *O ensino empresarial da investigação no jornalismo contemporâneo: processos históricos e formação de habitus*, de Rodrigo Lobo, e *Radar e espelho das elites: caminhos para o colunismo social*, de Karina Garcia Santos Cruz, Fernanda Rios Petrarca e Ernesto Seidl, presentes neste dossiê, ilustram as nuances que a problemática envolve.

OS ARTIGOS QUE COMPÕEM O DOSSIÊ

Para os artigos que compõem este dossiê decidimos priorizar aqueles que envolvem pesquisas de campo, que vão do arquivo histórico à etnografia, em detrimento das discussões teóricas. Eles podem ser lidos como propostas originais e inovadoras de pesquisa, o que de fato são, mas, mais do que isso, como "programas de investigação" que nos convidam a uma ampliação de nossos conhecimentos em cada uma das temáticas por eles abordadas, e que vão desde a construção de identidades coletivas ao impacto nas políticas públicas, da sociabilidade profissional à sociabilidade com setores externos à imprensa, da escrita técnica à escrita autoral, e tantas outras questões por eles levantadas.

O artigo que abre nossa coletânea, "Papéis da imprensa na formação de identidades nacionais", de Anne-Marie Thiesse[18], trata de uma questão de extrema relevância, que é o papel desempenhado pela imprensa na construção de uma identidade nacional de base linguística. A temática já havia sido colocada anteriormente por Benedict Anderson em seu trabalho, já um clássico, *Comunidades Imaginadas*. Se aplicado ao caso brasileiro, esse seria, sem dúvida, um problema de proporções continentais, envolvendo uma gama considerável de variações linguísticas, sejam elas regionais, sejam elas ligadas a grupos ou comunidades cujas línguas maternas são diferentes da língua nacional construída pela imprensa. Diferentemente da pesquisa sobre o livro, a pesquisa sobre as práticas sociais de leitura aplicadas à indústria cultural traz dificuldades que lhe são próprias e que vão desde o problema da tradução (de uma língua para outra ou de uma linguagem profissional para uma leiga) ao das sociabilidades em torno da leitura, construídas em bases diferentes das sociabilidades em torno do livro.

Partindo de uma abordagem prosopográfica, "A construção social do caricaturista na Primeira República: a imprensa ilustrada nos domínios da arte, da política e da intelectualidade", de Janine Justen, chama a atenção para um dos aspectos mais importantes ligados à produção cultural e artística da indústria cultural: seu caráter híbrido. Não apenas o jornal, isoladamente, é o produto material e simbólico da fronteira entre diversos campos (intelectual, político, artístico e econômico), mas também o são as trajetórias sociais de muitos dos que ali se encontram. Trabalhando com fontes que vão desde publicações na imprensa a catálogos de exposição, passando pelos elogios fúnebres dedicados aos cartunistas, a análise empreendida por Janine Justen explora as injunções e as estratégias

18 Tradução de Weslei Estradiote Rodrigues e Pedro Giovanetti Cesar Pires. Aproveitamos para agradecer, em nosso nome e dos editores da Plural, a gentileza da autora em permitir que seu artigo compusesse nossa coletânea.

utilizadas por esses artistas nas suas tentativas de inserção às frações dominantes dos campos artístico e cultural.

Em "'Como Vê Você Paris Libertada?': um concurso de desenhos e a memória da resistência francesa nos periódicos cariocas (1945)", Caroline Aparecida Guebert examina o significado e as formas de utilização da imprensa na construção de "memórias". A "memória de Paris libertada" é, assim como são tantas outras, a memória de um evento não vivido, mas partilhado pelo contato com as narrativas e as imagens da imprensa. O trabalho de Caroline Guebert mostra a desigualdade de relações e de vínculos com o tema do concurso de desenhos, assim como sua estrita dependência muito mais do capital de relações sociais mobilizados por seus organizadores do que do significado memorial do próprio tema, ainda mais se pensarmos nas crianças que participaram do concurso. Mostra, igualmente, o quanto a memória é objeto central na disputa política e como a imprensa se engaja nessa disputa, particularmente na concorrência pela narrativa das memórias que devem ser "celebradas". Outro detalhe, igualmente importante, é o lugar que o desenho ocupa na construção de uma "estética nacional" e, no caso do desenho infantil, de "transmissão", por meio do treino e aprendizado, dessa estética. Inseridas numa estética e numa memória coletiva, por meio de sua reprodução e celebração, as crianças passam a ocupar o lugar que lhes é destinado dentro da história nacional.

Já o artigo de Vaniucha de Moraes, "Monumentos do jornalismo brasileiro: um estudo sobre as condições de produção de biografias e memórias dos profissionais da imprensa (1970-2010)", mostra como os jornalistas passaram a constituir, em momento que coincide com a emergência do jornalista profissional no Brasil e com a ampliação de cursos de pós-graduação na área, seus próprios "monumentos": jornais e revistas a serem celebrados, personagens a serem cultuados. Processo que implica, também, a monumentalização de suas formas de escrita: primeiro, a "reportagem"; depois, a "notícia". Assim como faz dos "Manuais de Redação e Estilo" da profissão, a partir de certo momento, um de seus mais importantes patrimônios. Evidentemente, a construção dessa memória monumental não se faz sem a instituição de uma série de critérios de legitimação utilizados igualmente no reconhecimento de uma fração de seus profissionais e, com isso, nos critérios de formação e consolidação de uma "elite de jornalistas". O ponto máximo da construção dessa memória monumental é, sem dúvida, a formação de um conjunto de biografias daqueles que passaram a ser considerados os "grandes nomes da profissão", alguns deles biografados (ou objetos de tese) ainda em vida.

O exame das formas de ingresso ao mercado de trabalho constitui uma entrada analítica relevante para a indagação sociológica acerca do jornalismo. Ao abordar o processo de aprendizagem do jornalismo investigativo oferecido pelas duas maiores empresas do jornalismo diário paulistano, o artigo "O ensino empresarial da investigação no jornalismo contemporâneo: processos históricos e formação de habitus", de Rodrigo Lobo, traz à baila a questão da ambiguidade da relação entre o treinamento oferecido pelas redações e a formação universitária à luz dos problemas éticos que o trabalho investigativo pode envolver. Mais do que espaços de formação, o treinamento oferecido pelas empresas de comunicação e o ensino universitário são espaços de concorrência pela legitimidade do direito de transmissão da prática jornalística. A perspectiva etnográfica que empreende para tal levanta também a instigante questão das continuidades um tanto surpreendentes entre o período ditatorial do regime militar e as formas contemporâneas de socialização dos recém chegados ao ofício.

Em "Radar e espelho das elites: caminhos para o colunismo social", de Karina Garcia Santos Cruz, Fernanda Rios Petrarca e Ernesto Seidl, por sua vez, exploram o espaço pouco valorizado na hierarquia do jornalismo, mas que se ocupa exatamente de traduzir os laços de sociabilidade e dar forma aos princípios simbólicos de existência das elites dominantes, ocupado pelo colunismo social. Espaço estritamente dependente da diversificação das frações dominantes, é ocupado por agentes sociais que demonstram familiaridade com os estilos de vida e os gostos das camadas dominantes que são objeto de seu trabalho. São, com isso, peças-chave no trabalho de dominação simbólica dando visibilidade à própria dominação de forma celebrativa. E diferentemente, portanto, de outras tantas posições sociais (intelectuais, artísticas e culturais) que fazem do trabalho de dissimulação (Pollak, 2018) a característica principal de sua relação com o poder e os poderosos.

A cobertura jornalística das manifestações que se sucederam em 2013 é o objeto de análise do artigo "Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre", de Alex Niche Teixeira, Eduardo Georjão Fernandes e Marcelo Kunrath Silva. O esforço de esquematização e tipificação das distintas coberturas de três jornais de Porto Alegre, e a opção por uma análise cronológica e comparada dessas coberturas, resultaram em uma análise bastante profícua do ponto de vista empírico e metodológico que certamente despertará o interesse daqueles que trabalham com temas análogos. O artigo levanta questões pertinentes a respeito dos enquadramentos interpretativos que as mídias hegemônicas atribuem ao ativismo em diferentes momentos do ciclo de protestos, das formas de ativismo que suscitam determinadas

valorações – negativas oupositivas – por parte dessas mídias, ou ainda acerca da participação das mídias nos desdobramentos das manifestações.

Em "A prática jornalística em uma rádio cidadã: um estudo de caso no México", Daniel Montaño aborda as rupturas e continuidades entre mídias hegemônicas e mídias alternativas apoiando-se em um estudo de caso. Ao articular as características do jornalismo produzido por uma rádio local da cidade de Hermosillo com os tipos de trajetórias dos principais artífices e com os tipos relações que se estabelecem com as fontes e com o público, o autor busca delinear os traços distintivos de empreendimentos jornalísticos que se erigem à margem do sistema midiático hegemônico. Ao evitar apreensões normativas ou puramente contemplativas ou de adesão a esses tipos de empreendimentos, o artigo suscita reflexões importantes sobre as delimitações que distinguem as mídias alternativas.

Vistos comparativamente, os dois artigos acima citados chamam a atenção para aspectos extremamente importantes. Primeiro, para o impacto que a hierarquia própria ao campo, cujas posições centrais e de maior autoridade estão situadas nas grandes metrópoles e nas grandes empresas de comunicação, mas sobre a qual operam outros agentes da sociedade civil ou do Estado, tem sobre a produção de registros factuais das comunidades e populações, dentro ou fora das grandes cidades. Portanto, para como uma maior proximidade ou distanciamento em relação às posições centrais e dominantes pode definir contornos específicos à produção desses registros. Segundo, que não se trata meramente da produção e circulação de registros factuais, mas também da produção de "histórias" e "memórias coletivas", igualmente sujeitas a critérios de hierarquização específicos, os quais têm impacto nas suas formas de apropriação, transmissão e interpretação.

"O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa", de Jacques Mick e Andressa Kikuti, consiste em um extenso panorama das recentes pesquisas e publicações sobre jornalismo, dentro e fora do Brasil. A diversificação do trabalho observada pelos autores, característica das transformações recentes pelas quais passou o mercado de trabalho da profissão, assim como a concentração dessa produção bibliográfica em programas de pós-graduação em jornalismo de história relativamente recente, se choca com o pouco que tem sido produzido pela sociologia – e também pela antropologia e ciência política – sobre o assunto. Evidentemente, parte significativa dessa produção se explica por ser resultado direto da ampliação dos programas de pós-graduação em jornalismo e, consequentemente, de sua crescente demanda de produção acadêmica. Mas podemos interpretar essa discrepância também como um relativo desinteresse das ciências sociais – no Brasil – pelo tema, que aparece em diversos trabalhos muito mais

como algo tangencial do que como indagação central de pesquisa. Basta vermos como, comparativamente, em outros países a pesquisa sobre o jornalismo é feita muito mais por historiadores e cientistas sociais do que por jornalistas de profissão.

O artigo "Os subcampos especializados do jornalismo", de Dominique Marchetti, cuja tradução em português compõe este dossiê[19], faz um balanço dos estudos que buscaram elucidar as transformações pelas quais atravessou o campo jornalístico francês na década de 1990. O enfoque deste trabalho é o desenvolvimento do jornalismo especializado e a crescente heterogeneidade do campo jornalístico francês no período, um fenômeno que não se restringe ao caso francês. Por meio da apreensão dos distintos mercados do jornalismo enquanto subcampos diferenciados, o trabalho contrapõe-se a abordagens do jornalismo como um campo homogêneo. Debruça-se sobre os diversos subcampos do jornalismo cujas especificidades podem ser aferidas a partir de um conjunto de variáveis como as características dos públicos aos quais se destinam, os tipos de relações com os universos sociais que cobrem, os graus e formas de concorrência e colaboração e os mecanismos de socialização profissional que os caracterizam, seus modos de financiamento *etc*. Embora quase duas décadas tenham passado desde sua publicação em francês, o esforço de sistematização da reflexão sociológica sobre a heterogeneidade do universo jornalístico pode representar uma real contribuição para estudos futuros sobre o tema.

Por fim, este dossiê conta também com uma entrevista que nos foi gentilmente concedida por Isabel Travancas. Formada em Comunicação e Antropologia, autora de obras de referência na área e professora na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Isabel Travancas compartilha conosco suas reflexões a respeito das transformações do mundo da imprensa nas últimas décadas. Na entrevista, fala também sobre seus referenciais teóricos bem como a respeito do desenvolvimento da pesquisa brasileira sobre jornalismo, e dos efeitos resultantes das delimitações institucionais e epistemológicas que caracterizam a organização desse campo de estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benson, Rodney. Field Theory in Comparative Context: A News Paradigm for Media Studies. *Theory and Society,* v. 28, n. 3, p. 463 – 498, 1999.

---

19 Queremos expressar nossa gratidão, em nosso nome e dos editores da Plural, à gentileza do autor pela cessão de seu artigo para este dossiê.

Bergamo, Alexandre. "Antigos" e "novos" no jornalismo brasileiro dos anos de 1980 e 1990: uma identidade profissional em disputa. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 19, n. 45, p. 337-368, 2020.

Charle, Christophe. *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

D'Almeida, Fabrice; Delporte, Christian. *Histoire des médias en France: de la Grande Guerre à nos jours*. Paris: Flammarion, 2010.

Delporte, Christian. *Les journalistes en France (1880-1950): naissance et construction d'une profession*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

Ferenczi, Thomas. *L'invention du journalisme en France: naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle*. Paris: PLON, 1993.

Finchelstein, Federico. *Uma breve história das mentiras fascistas*. São Paulo: Vestígio, 2020.

Hébrard, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 1, p. 115-141, 2001.

Kakutani, Michiko. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na Era Trump*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

Lemieux, Cyril. (Org.) *La subjectivité journalistique*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2010.

Miceli, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Pollak, Michael. Uma sociologia em ato dos intelectuais: os embates de Karl Kraus. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 39, p. 22-62, 2018.

Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Rouillé, André. *A fotografia entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Senac, 2009.

Ruellan, Denis. *Nous, journalistes: déontologie et identité*. Grenoble: PUG, 2011.

Weber, Max. Preliminary report on a proposed survey for a sociology of the press, *History of the Human Sciences*, v.11, n. 2, Sage Publications, p. 111- 120, 1998.

Weber, Max. *A política como vocação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Weber, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 2, n. 1, p. 13 - 21, 2005.

Recebido: 09/12/2020 | **Aprovado:** 09/12/2020